RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Portaria abaixo relacionada, estabelecendo o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para a conclusão, com fulcro nos Art. 208, da Lei 5810/1994 - RJU/PA, c/c art. 83, da Lei nº 8972/2020, de 14/01/2020:

- 1236/2024- CGP/SEAP, de 03/10/2024, publicada no DOE nº 35.995 de 11/10/2024, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 8396/2024-CGP/SEAP.

- 1316/2024- CGP/SEAP, de 04/10/2024, publicada no DOE nº 35.995 de 11/10/2024, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 7729/2023-CGP/SEAP.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário.

ERRATA DE PORTARIA

ERRATA DE PORTARIA Nº 1662/2024-CGP/SEAP, DE 18/12/2024, PUBLICADA NO DOE Nº 36.075, DE 20/12/2024, REFERENTE À PRORROGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 6236/2021-CGP/SEAP,

ONDÉ SE LÊ: "[...] - 1262/2021 de 15/09/2021, publicado no D.O.E. 34.703 de 17/09/2021, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 6263/2021-CGP/SEAP [...]";

LEIA-SE: "-"[...] - 1262/2021 de 15/09/2021, publicado no D.O.E. 34.703 de 17/09/2021, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 6236/2021-CGP/SEAP [...]";

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário.

FUNÇÃO GRATIFICADA PORTARIA Nº 91/2025/DGP/SEAP Belém, 10 de janeiro de 2025.

O Diretor de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições; Resolve:

Art. 1º - Conceder ao servidor MANOEL QUERTOM ALVES DA SILVA, mat. 5953893/1, a Função Gratificada de Supervisor de Equipe Penitenciária, com lotação na UCR SANTA IZABEL I, a contar de 13/01/2025.

Art. $2^{\rm o}$ - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. WALDILSON COLINS

Diretor de Gestão de Pessoas.

Protocolo: 1157594

Protocolo: 1157550

Protocolo: 1157549

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

ERRATA

ERRATA PROTOCOLO 1157280

Errata da publicação do TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 277/2024, publicado no DOE nº 36.093, de 10.01.2025, sob o nº de protocolo 1157280.

Onde se lê: PROCESSO Nº E-2024/2579435. Leia-se: PROCESSO Nº E-2024/2560365

Protocolo: 1157585 Errata da PORTARIA Nº 533/24, de 16.12.2024, publicada no DOE nº 36.071, de 18.12.2024.

Onde se lé: no período de 30.12.2024 a 17.01.2025. **Leia-se:** no período de 30.12.2024 a 27.01.2025.

Protocolo: 1157794 Errata da PORTARIA Nº 018/25, de 08.01.2025, publicada no DOE nº 36.093, de 10.01.2025.

Onde se le: no período de 30.12.2024 a 17.01.2025.

Leia-se: no período de 30.12.2024 a 27.01.2025.

Protocolo: 1157795

Protocolo: 1157451

OUTRAS MATÉRIAS

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 192/2024 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 001/2024 −, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

PROCESSO Nº: E-2024/2543639.

Objeto: Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural Festival Experimental de Danças Paraense, contemplado no conforme processo administrativo nº 2024/2183345.

Vigência: 09/12/2024 até 30/06/2025. Data de assinatura: 09/12/2024.

Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de 30.000,00 (Trinta mil reais)

URSULA VIDAL SANTIAGO DE MENDONÇA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

BRUNA DALILA DOS SANTOS CAVALCANTE

AGENTE CULTURAL

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ PROGRAMA ESTADUAL DE INCENTIVO À CULTURA | SEMEAR SEMEAR - EDITAL N.º 001/2025

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SEMEAR - EDITAL N.º 001/2025A Fundação Cultural do Pará, instituída pela Lei Nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015, CNPJ/MF nº 14.662.886/0001-43, com sede à Avenida Gentil Bittencourt, 650, bairro de Nazaré, cidade de Belém, estado do Pará, CEP 66.035-340, aqui denominada simplesmente FCP, estabelece e divulga as

normas para o Edital de Seleção Pública para os postulantes aos benefícios estatuídos pela Lei n.º 6.572, de 8 de agosto de 2003, e suas alterações, respeitando os princípios da transparência, isonomia, legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, equilíbrio na distribuição regional dos recursos, de acordo com as sequintes disposições:

1 OBJETO

• O presente edital tem por objeto regular a realização do processo de seleção de projetos culturais aptos à realizarem a captação de recursos perante pessoa jurídica com estabelecimento situado no Estado do Pará que sejam contribuintes de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, na forma do Programa Estadual de Incentivo à cultura, regido pela Lei nº 572, de 8 de agosto de 2003, e suas alterações;

- Os projetos devem ter por objeto o campo artístico cultural e podem versar sobre diversos segmentos e linguagens criativas e estéticas, tais como: 1. Artes cênicas, musicais, literárias, visuais, audiovisuais, artesanais, tra-
- dicionais, contemporâneas, inovações e tecnologias culturais;
- 2. Artes integradas, inclusivas e educativas no âmbito da cultura;
- 3. Culturas originárias, populares, alimentares;
- 4. Economia criativa,
- 5. Design e Moda;
- 6. Patrimônio material, imaterial e natural;
- 7. Pesquisas e acervos culturais
- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA SELEÇÃO
- 2.1 Poderão inscrever-se neste processo seletivo pessoa física, jurídica e empresário individual que seja diretamente responsável pela concepção, produção e execução do projeto cultural a ser incentivado, nos termos da Lei $n^{\rm o}$ 6.572, de 08 de agosto de 2003.
- 2.1.1 No caso de pessoa jurídica a atuação no campo cultural deve estar prevista no contrato/estatuto social.
- 2.1.2 A atividade desenvolvida pelo empresário individual deverá ser compatível com as atividades relativas ao desenvolvimento do projeto cultural proposto.
- 2.1.3 Serão aceitas as inscrições de 02 (dois) projetos por proponente, no limite total de R\$ 600.000 (seiscentos mil reais) por projeto.
- 2.1.4 O proponente que inscrever projetos na condição de empresário individual não poderá inscrever projeto como pessoa física.

2.2 É vedada a participação de:

- 1. a) Entes da Administração Pública Direta ou Entidades da Administração Pública Indireta sejam na esfera Federal, Estadual ou Municipal;
- 2. b) Cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, de algum dos integrantes da comissão de avaliação instituída por portaria, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau;
- 3. c) Servidores da Fundação Cultural do Pará e da Secretaria Executiva do Programa Semear, bem como seus cônjuges, parentes até o terceiro grau, inclusive os afins;
- 4. d) Empresa e grupos empresariais, potenciais patrocinadores, instituições por ela controladas ou a ela coligadas;
- 5. e) Cônjuge, parentes até o terceiro grau, inclusive os afins, dependentes dos titulares, administradores, acionistas ou sócios da empresa e/ou grupos de potenciais patrocinadores;
- 6. f) Proponente que estiver em situação de inadimplência com o Programa SEMEAR ou com o fisco Estadual.
- $2.2.1\ \textsc{Para}$ fins deste edital, considera-se em situação de inadimplência, o proponente que:
- 1. a) Utilizar indevidamente os recursos recebidos ou em finalidade diversa de projeto aprovado;
- 2. b) Não apresentar no prazo exigido, a prestação de contas total ou parcial, no caso de projetos em andamento;
- Não concluir o projeto no prazo estipulado no último cronograma de atividades apresentado à Secretaria Executiva do Programa SEMEAR;
- 4. d) Não apresentar o produto resultante do projeto aprovado;
- 5. e) Deixar de veicular nos materiais de divulgação os símbolos, as logomarcas e a apresentação do Governo do Estado do Pará, da Fundação Cultural do Estado do Pará e da Lei Estadual de Incentivo à Cultura SEMEAR durante a execução do projeto aprovado, salvo casos onde exista a divisão de patrocínio por meio de leis federais de incentivo, onde as marcas serão colocadas como realização;
- f) Tiver a prestação de contas não aprovada pela Comissão Gerenciadora do Programa SEMEAR;
- 7. g) Estiver em débito com o Fisco Estadual, com ou sem dívida ativa inscrita.
- 3 DOS REQUISITOS PARA RECEBIMENTO DOS PROJETOS CULTURAIS
- 3.1 Não serão aceitos projetos que:
- 3.1.1 Destinem-se a viabilizar ações desenvolvidas por órgãos públicos;
- 3.1.2 Sejam restritos a circuitos privados, obras e coleções particulares ou